UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
***CAMPUS* ARAPIRACA**
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DEUSA BARBOSA DE ANDRADE

DA VIOLÊNCIA COLONIAL À LUTA POR RECONHECIMENTO: a história da comunidade Pau D'arco e o empoderamento das mulheres na preservação da identidade quilombola

Palmeira dos índios
2025

DEUSA BARBOSA DE ANDRADE

DA VIOLÊNCIA COLONIAL À LUTA POR RECONHECIMENTO: a história da comunidade Pau D'arco e o empoderamento das mulheres na preservação da identidade quilombola

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.° Dr.° Mayk Andreele Nascimento.

Palmeira dos Índios
2025

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

A554v Andrade, Deusa Barbosa de

Da violência colonial à luta por reconhecimento : a história da comunidade Pau D'arco e o empoderamento das mulheres na preservação da identidade quilombola / Deusa Barbosa de Andrade. – Palmeira dos Índios, 2025.

52 f. : il.

Orientador: Prof.° Dr.° Mayk Andreele Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2025.

Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).

Referências: f. 50- 52.

1. Serviço social. 2. Quilombos. 3. Colônias. 4. Negros. 5. Empoderamento. 6. Feminismo. I. Nascimento, Mayk Andreele. II. Título.

CDU 364

Bibliotecária responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza
CRB - 4 / 1844

TÍTULO DO TRABALHO:

Da Violência Colonial à Luta por Reconhecimento: A História da Comunidade Pau D'arco e o Empoderamento das Mulheres na Preservação da Identidade Quilombola.

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social e aprovado em 11 de fevereiro de 2025.

Orientador: Prof. Dr. Mayk Andreele Nascimento.

1º Examinador: Prof.ª. Dr. ª. Camila Maria Gomes Pinheiro.

2º Examinador: Prof.ª. Dr.ª. Marli de Araújo Santos.

Dedico à minha avó, Anelita, mulher negra que, com a sabedoria ancestral presente em suas rezas e conselhos, utilizou estratégias que há séculos garantem a sobrevivência dos seus frente às adversidades.

Agradecimentos

Aos meus pais, que mesmo sem compreenderem plenamente a importância do ensino superior, deram o melhor de si para que não me faltasse o essencial. Em especial, agradeço à minha mãe, que se esforçou ao máximo para tornar minha trajetória o mais suave possível. Com seu carinho e cuidado, ela me deu forças para não desistir. Ao meu irmão, José Cícero, que, apesar de nossas diferentes visões de mundo, me incentivou a estudar e concluir a graduação. Ao meu querido amigo Jonathan, por estar sempre presente, me apoiando nos momentos em que mais precisei e pelas inúmeras conversas encorajadoras.

Aos meus amigos de classe: Arivle, Luan, Érica e Beatriz com quem compartilhei os anseios e desafios da vida universitária, que muitas vezes se transformavam em boas risadas. Ao meu professor e orientador, Mayk Nascimennto, que sempre se mostrou aberto a novas ideias, fugindo do conhecimento eurocêntrico e apresentando leituras que transformaram minha formação. Sua crença no meu potencial e seu incentivo para pesquisa foram essenciais. Destaco também o projeto "Cultura em Movimento", onde tive experiências enriquecedoras que tornaram minha trajetória acadêmica mais leve.

Agradeço ao NEABI, por me permitir participar de sua gênese na unidade de Palmeira dos índios. As trocas de experiências foram incrivelmente gratificantes para minha formação. Ao PET-NESAL, por possibilitar diálogos sobre o semiárido, e à professora Marli Araújo, por suas valiosas orientações e comentários, especialmente sobre patriarcado e gênero, que deixaram marcas profundas na minha formação. Minha gratidão também é dirigida à Gabrielly, Lucas, Larissa e outros que passaram pelo programa, em especial à Gilvana, por me oferecer novas perspectivas de pesquisa. Sou profundamente grata ao PROEDSS, grupo de pesquisa que me ensinou que escrever pode ser um processo colaborativo e descomplicado, quando todos estão dispostos a ensinar.

Aos meus professores: à minha querida professora Adielma, cujas aulas eram ao mesmo tempo críticas e afetuosas; e ao professor Pedro, por abordar questões filosóficas de forma tão cuidadosa e inspiradora. Por fim, ao meu noivo Jadiel, que sempre me incentivou a buscar meus objetivos e acreditou em mim. E a todos os homens e mulheres que vieram antes de mim, que lutaram pelo acesso a seus direitos, deixando uma herança ancestral de resistência e conquistas.

A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência da sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos, etc. (Gonzalez, 2018, p.373).

RESUMO

Abordando uma narrativa que busca evidenciar os processos de reivindicação estratégica do povo negro a resistir ao sistema escravocrata e a busca pela reparação histórica até a contemporaneidade. A pesquisa narrativa destaca o protagonismo das comunidades remanescentes no Brasil e suas particularidades, com foco especial na comunidade do Quilombo Pau D'arco. Essa comunidade apresenta uma trajetória de luta para se afirmar como sujeitos sociais em meio a conflitos territoriais e políticos, e revelando parte sua complexidade e contradições, desafiando a visão homogênea frequentemente atribuída às comunidades ancestrais. A reflexão foi apoiada por autores como Santos (2015), Berth (2019), Quijano (2005) Nascimento (2006) em um recorte que explora como as lideranças, especialmente as mulheres, têm afirmado suas origens e sua cultura por meio de estratégias que envolvem articulações com o Estado, políticas públicas e o fortalecimento comunitário por meio da educação e da valorização da cultura local.

Palavras-chave: quilombo; empoderamento; Pau D'arco.

ABSTRACT

Addressing a narrative that seeks to highlight the processes of strategic demand by black people to resist the slavery system and the search for historical reparation until contemporary times. The narrative research highlights the protagonism of the remaining communities in Brazil and their particularities, with a special focus on the Quilombo Pau D'arco community. This community presents a trajectory of struggle to assert itself as social subjects in the midst of territorial and political conflicts, revealing part of its complexity and contradictions, challenging the homogeneous vision often attributed to ancestral communities. The reflection was supported by authors such as Santos (2015), Berth (2019), Quijano (2005) Nascimento (2006) in a section that explores how leaders, especially women, have affirmed their origins and culture through strategies that they involve articulations with the State, public policies and community strengthening through education and appreciation of local culture.

Keywords: quilombo; empowerment; Pau D'arco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Ipê/ árvore de Pau D´arco florida	21
Figura 2 -	Croqui da comunidade quilombola Pau D'arco, com um panorama da divisão territorial	28
Figura 3 -	Registro das eleições de beleza negra do projeto Construído a identidade afrodescendente	35
Figura 4 -	Na foto, duas jovens quilombolas trançam os cabelos enquanto se preparam	36
Figura 5 -	Primeira composição do grupo “Pérolas Negras”	36
Figura 6 -	Composição atual do grupo de dança “Pérolas Negras”	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão de pessoas quilombolas por região 22

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT -	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ITERAL -	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
NEABI -	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PET-NESAL -	Programa de Ensino Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano
PIBIC -	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROEDS -	Projeto de Extensão “Direito à Saúde e o SUS”
SUS -	Sistema Único de Saúde
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL -	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL -	Universidade Estadual de Alagoas
UNICAMP -	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
2	**ENCOBRIR, ANIMALIZAR: COLONIZAR**	13
2.1	Dividir e apagar	13
2.2	Quilombos na formação do Brasil	18
3	**COMUNIDADE PAU D´ARCO: CONHECENDO SUAS RAÍZES E ENTENDENDO A DIREÇÃO DE SUAS FLORES**	21
3.1	Reconhecimento de Pau D´arco	24
3.2	Comunidade Pau D'arco hoje: principais dilemas e desafios	26
4	**COLONIALIDADE DO PODER E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFRODESCENDENTES**	32
4.1	Linhagem de lideranças femininas da comunidade: dialogando com o empoderamento feminino	38
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	47
	REFERÊNCIAS	50

1 **INTRODUÇÃO**

Começo esse trabalho com um pequeno texto, um monólogo, uma parte dessa escrevivência, uma parte da história que me atravessa, assim como este trabalho de conclusão de curso. Venho, por meio dele, dizer que a luta desse povo também é minha e inspirou o tema deste trabalho, que aborda pertencimento, territorialidade, gênero, cultura e empoderamento.

Eu, como várias dessas mulheres citadas, sou remanescente de quilombo, negra de pele clara. “Branca demais para ser negra, morena demais para ser branca”. Passei boa parte da minha vida em casas de aluguel, pois, como muitos do meu povo, tive direitos básicos negados, como moradia digna, acesso a uma educação de qualidade e oportunidades. Assim como essas mulheres, enfrentei a dificuldade para sustentar os meus. Enfrentei dificuldades com a escrita, fui desacreditada e animalizada.

Por muito tempo, vivi fora do meu território de origem, pelas próprias desigualdades que só mais tarde compreendi. Como boa parte dos quilombolas, estudei na Escola Remanescente de Quilombo Professor Luiz Alberto de Melo. Desfilei como “Beleza Negra” e vi várias apresentações de “Pérolas Negras”. Quando criança, participei de passeios organizados pela escola à Serra da Barriga - União de Palmares, mas não entendia o significado daquele dia para a ancestralidade do Pau D’Arco.

Enfrentei empregos insalubres e, até hoje, luto contra os entraves na escrita, frutos de uma escolarização deficiente e de uma desigualdade sistêmica que busca manter quilombolas e outros grupos oprimidos afastados de sua própria história. Por muito tempo, estive alheia à minha própria trajetória. Assim como muitos moradores da comunidade, não me enxergava como parte de um grupo étnico e evitava me conectar com isso. Em um contexto de pessoas de pele retinta, não me considerava uma mulher negra. No entanto, ao ingressar na universidade, fui chamada ao meu lugar político de quilombola. Fui cotista, passei pela banca de heteroidentificação, que validou minha identidade como negra, e, pela primeira vez, senti que era um espaço de privilégio. Vivenciei o racismo institucional na pele, mas também me empoderei, principalmente devido ao esforço de professores e autores que me incentivaram a lutar para ocupar esse espaço.

Nessa perspectiva, meu reconhecimento como mulher negra e quilombola veio de forma tardia, mas foi profundamente transformador. Foi mediante leituras, questionamentos e estudos nas disciplinas acadêmicas que me reconectei com minha ancestralidade. Assim como

outras quilombolas do Pau D'Arco, fui chamada a ser quem sou. Com esforço, para que esse TCC seja uma forma de mostrar que o empoderamento é um processo gradual, mas profundamente gratificante. E vem de uma construção histórica que atravessa o tempo.

Nesse sentido, para este trabalho de conclusão de curso, o primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o processo de colonização no Brasil, buscando expor as estratégias de violência simbólica, física e sexual infligidas ao povo raptado e escravizado, em um regime militar e religioso de apagamento sistemático da identidade de diversos povos africanos, permitindo a construção de uma nova ordem societária: o capitalismo. Nessa perspectiva, o segundo capítulo aborda as revoltas e as estratégias empregadas contra a escravização desde sua gênese, evidenciando a complexidade da formação dos quilombos no Brasil e suas táticas de resistência.

Ainda nesse capítulo, trouxe novos direcionamentos sobre as comunidades quilombolas no Brasil, buscando fugir das generalizações e trazendo dados sobre a formação e avanços das comunidades no âmbito do direito, e adentrando no objeto deste estudo que é a comunidade Pau D'arco, trazendo sua história através de seus fundadores e alguns protagonistas históricos que foram essenciais para os avanços que a comunidade. Entendendo, que as lutas e reivindicações são constantes, que são conflitos históricos com uma sociedade de bases racistas, mas que graças a lideranças comprometidas com sua ancestralidade tem avançado significativamente, principalmente com marcos como reconhecimento da comunidade e trabalho de base na educação para que a comunidade tivesse acesso sua história mediante projetos culturais.

Por fim, o último capítulo, expõe algumas questões acerca da relação entre "colonialidade do poder" e a educação na comunidade, e as estratégias implementadas sobre educação para fortalecer a identidade quilombola coletiva da comunidade. Bem como, nesse processo de fortalecimento cultural, o empoderamento comunitário, dando destaque nesse sentido à linhagem de mulheres que fizeram toda a diferença nesse processo.

2 **ENCOBRIR, ANIMALIZAR: COLONIZAR.**

[...]Por mim, '**to Ubuntu**, **algo almo**
Se for pra crer num terreno
Só no que nóis 'tá vendo memo'
Resumo do plano é baixo, pequeno e mundano
Sujo, inferno e veneno
Frio, inverno e sereno
Repressão e regressão
É um luxo ter calma e a vida escalda
Tento ler almas pra além da pressão
Nações em declive na mão desse Barrabás
[...] No tempo onde a única que ainda corre livre aqui são as suas lágrimas[...]
(PRINCIPIA, 2020)

O fragmento da música Principia – Emicida e Nave (2020) fala de uma interpretação filosófica sobre a repressão ao povo negro mediante reflexões com metáforas ao cristianismo e como o dia a dia tem sido severo e desafiante. Utilizando esse direcionamento, o presente capítulo busca expor as diversas ideologias e a repressão imposta aos escravizados no Brasil Colônia.

2.1 Dividir e apagar

A partir da realização de uma análise sobre o processo de colonização em território nacional, se torna possível perceber como ele trouxe marcas ao Brasil, situação que vem sendo perpetuada e defendida pela classe dominante até a contemporaneidade. Dessa maneira, se faz perceptível as diversas modalidades de violências que esses grupos étnicos e seus respectivos corpos negros e de comunidades ancestrais sofreram e permanecem a sofrer, elementos que aparecem de forma imensurável, em virtude de um processo histórico de escravização, dominação e diversas manifestações de racismo que constituem e se ramificam na estrutura social gerando uma desigualdade sistêmica. Os traços mencionados estão presentes e vêm atuando como ferramenta na busca por embranquecimento, dominação e apagamento/extinção de culturas diversas e complexas que moldaram o Brasil.

Assim, as artimanhas de invisibilização e aniquilamento se constituíram na desumanização de povos originários e africanos, em um processo de acúmulo de capital e exploração de mão de obra barata em uma nova lógica escravista de racialização. Para Quijano (2005) a consequência desse cenário, culminou na escravidão racializada, trazendo mecanismos

que permitem ao capitalismo alavancar sua acumulação primitiva e possibilitar a revolução industrial, dentre outros processos, por intermédio de artifícios ideológicos burgueses, que prevalecem na sociedade e impõem uma hierarquia entre raças, e se materializam nas relações sociais de privilégio e exclusão social.

Nesse contexto, ocorreu a naturalização da subjugação de povos citados acima, desumanizando aqueles que têm culturas ou cosmovisões diferentes da representação eurocêntrica, cristã e monoteísta, que ainda vitima a milhares de pessoas por sua cor e características africanas/indígenas. Ao mesmo tempo, o Brasil se constituiu enquanto último país a abolir a escravidão no Ocidente, portanto, por intermédio desse aspecto, a população negra é a mais impactada, como aponta Schwarcz (2015, p. 17):

> Os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho. Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se deve a partir de uma linguagem pautada em cores sociais.

Nessa conjuntura Schwarcz (2015) salienta que a colonização foi um projeto político e religioso de dominação e exploração de território. Nesse sentido, a afirmação de que o Brasil foi "descoberto" é uma falácia que mascara a invasão por estrangeiros que se autorizaram a apossar-se das terras que aportavam, desconsiderando a posse dos territórios locais e subjugando a pluralidade de seus povos e culturas. Todavia, apesar da defesa dos colonizadores acerca da entrada nas terras colonizadas não ter sido premeditada, há argumentos contrários à ideia de que o contato com as terras tupiniquins foi simplesmente uma questão de acaso.

Nessa perspectiva, Portugal, sendo um dos primeiros países a passar por um processo de unificação e possuindo uma poderosa frota militar e marítima, estabeleceu-se como um império que expandiu sua dominação por territórios em quatro continentes Schwarcz (2015). Dessa maneira, criando colônias de exploração de trabalho desumanizador dentro da implementação do Capital mundial, conforme observa Marx (2013, p. 872): "A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância".

De tal modo, o Capital precisaria de uma justificativa ideológica para zerar os salários e explorar a mão de obra trabalhadora negra até sua morte, demonstra que, dado esse contexto D'Amato (1999, p. 30): "O capitalismo usou o racismo para justificar o espólio, conquista e escravidão, mas, como Karl Marx aponta, também usou o racismo para dividir e dominar – para

colocar um setor da classe trabalhadora contra o outro e assim amortecer a consciência de classe".

Santos (2015) problematiza como os colonizadores quebram as identidades dos povos originários e dividem a sociedade entre pagãos e religiosos, sem considerar as riquezas acumuladas do suor de trabalhadores indígenas e africanos. Nessa perspectiva, o autor afirma que ao dividir os povos entre cristãos e pagãos, conferiu autoridade para que os cristãos pudessem subjugar os pagãos. Nessa direção, se pode compreender as atuações da religiosidade monoteísta - Cristã e da violência militar, implementadas como dispositivos para desumanização e extermínio de povos diferentes do modelo eurocêntrico vindo de Portugal.

Do mesmo modo, (Santos, 2015) aborda que os históricos como os citados acima expõem um cenário de incentivo a ordem de exploração econômica cristã, onde é inegável a prática de fortalecimento da logística monoteísta de extrativismo com a exploração do homem pelo homem através do apagamento sistemático de modos de vida. Dessa forma, a situação em evidência se manifestou mais drasticamente com os povos indígenas na gênese do sistema escravocrata, pois além dos abusos físicos, ainda existia uma guerra biológica, episódio responsável por ocasionar o acabar de milhares de vítimas indígenas em decorrência de doenças trazidas pelo homem branco.

Conforme o mencionado anteriormente, como expõe Santos (2015), continuando a discorrer acerca da desumanização e a animalização dos povos africanos e originários: "Religiosamente tidos como sem almas, intelectualmente tidos como menos capazes, esteticamente tidos como feios, sexualmente tidos como objetos de prazer, socialmente tidos como sem costumes e culturalmente tidos como selvagens" (Santos, 2015, p. 21).

No que se refere à violência simbólica do escravocrata, se percebe a opressão que visava a exploração completa e destruição de toda identidade de um povo para que não houvesse formas de organizações contra a exploração massiva de mão de obra humana, com trabalhadores raptados para suprir e gerar riquezas, isso demonstra a compreensão europeia e a adoção de si em posições de superioridade, como explica Schwarcz (2015, p. 106):

> Europeus, desde a Antiguidade, conheciam diversas formas de Escravidão — sistema que estava longe de ser extinto na época das grandes navegações —, mas menos intensas ou disseminadas do que aquela que surgiria a partir do século XVI. Poucos foram os povos que deixaram de conviver com o sistema escravocrata, e os que o praticavam sempre deram aos cativos o tratamento de "estrangeiros", julgando-os indivíduos sem história ou família.

Em divergência ao que os colonizadores esperavam, se estruturaram novas formas de experiência do (sobre)viver, apesar das dificuldades decorrentes das diferenças entre os dialetos e culturas. Nesse intervalo, o povo negro conseguiu se adaptar e reformular suas formas de (re)existir, contexto no qual a questão religiosa foi de extrema importância, conforme assina Schwarcz (2015, p. 116):

> As práticas religiosas trazidas na bagagem foram por aqui alteradas, misturadas ao catolicismo e aos cultos populares. Diante das proibições sistemáticas feitas pela Igreja Católica, os africanos demonstraram muita habilidade em seus esforços de ocultar crenças sob um manto católico. As manifestações de fundo religioso mais importantes nas Américas foram o candomblé, o vodu e a santeira.

Nesse sentido, os povos que aqui chegaram tiveram que se reinventar e criar novas formas de organizações sociais, cultos e identidades, assim, ocasionando o processo de aculturação e adaptação para a sobrevivência, aspecto com o qual os portugueses não contavam, uma vez que o intuito de escravizar vários povos de origens distintas era dificultar a comunicação e, consequentemente, dificultar a organização de rebeliões na escravização. Como explica Nascimento (2016) o regime escravista disseminou a homogeneidade do negro "africano" como um ser único de uma identidade genérica que servia como mera força de trabalho, excluindo toda a complexidade dos diferentes territórios e costumes do continente africano.

Além disso, outra forma de desumanizar as relações sociais dos cativos foi disseminar a falácia que salientou e atravessou significativamente a dinâmica propagada pela igreja e pelos senhores de engenho: uma devassidão que não existia. Essa ideia se estende até os dias atuais, perpetuando a noção de que o povo negro é promíscuo e imoral, uma ideologia que a escravidão defendia para sexualizar e animalizar pessoas negras. Contudo, Schwarcz, (2015), percebe como registros históricos desmentem essas falácias, e revelam a desumanização dos corpos e violência extrema por haver uma alta taxa de mortalidade e pouquíssimos nascimentos, devido à desnutrição e à sobrecarga laboral, o que causava inúmeros abortos e dificultava a interação entre os escravizados.

De igual modo, os senhores se esforçaram para que não houvesse uniões conjugais que chegasse perto de uma configuração de família entre os escravizados separados qualquer cativo que notasse um vínculo familiar, bem como os bebês e filhos das suas respectivas mães para poder amamentar os filhos de seus algozes. As mulheres eram igualmente exploradas, mas acometidas por uma violência maior que a extrema exploração do trabalho, mas outro tipo de violências cruéis, tais como ocorreu comumente o estupro como forma de punição e dominação

de seus corpos. Acrescentando a isso, Abdias Nascimento destaca no livro “O Genocídio do Povo Negro” a situação mencionada, pois, além de seus corpos serem explorados pela rotina nas lavouras e serem impedidas de firmar qualquer estrutura familiar, que em si já é desumano, as mulheres escravizadas eram infligidas por outro tipo de exploração lasciva, a sexual. Além de serem estupradas pelos homens brancos que as compravam, eram exploradas como prostitutas, exposto mais nitidamente conforme assinala Abdias Nascimento (2016, p. 70):

> Nessa versão, há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social.

Criando uma teia de relações de exploração, desumanização e sexualização da mulher negra até a atualidade, uma herança da exploração escravista/capitalista desses corpos que mais gravemente vitimam mulheres negras, gerando uma ideologia racista, machista e doentia de abusos que se expressam na cultura, fato demonstrado no ditado popular: “Mulata para fornicar, branca para se casar, negra para trabalhar” (Nascimento, 2016, p. 69).

Em suma, (Schwarcz, 2015), afirma que a devassidão que a ordem escravista defendia era causada pelo próprio sistema que a infligiram, principalmente com mulheres negras. Dinâmica alicerçada na estrutura racista que coloca para sociedade o fomento a não enxergar mulheres e homens negros em lugares de humanização e posição de poder, de ocupar e ser agentes de suas vidas. Estrutura está enraizada na arquitetura simbólica da casa grande, onde o lugar do negro é no trabalho braçal e doméstico

Diante desse cenário, a sociedade escravista presenciou inúmeros processos de resistência pelos cativos contra o processo explorador vigente, como assassinatos de seus algozes, para fugir da violência da carga mortal e laboral dentro do regime de disciplina envolto em chicotadas e modos de tortura, como o tronco. A fuga foi uma forma mais usual de tentar se desvencilhar do sistema de exploração.

Ademais, não se pode distanciar as discussões da violência física que comumente levava os escravizados a morte ou redução drástica de perspectiva de vida saudável, dinâmica que já era de se esperar, partindo do pressuposto do nível absurdo de violência que era infligido contra os homens e mulheres trabalhadores escravizados. A resposta a essa violência foi uma organização massiva e consistente de luta contra o sistema por parte das pessoas escravizadas,

mulatos, uma pequena parcela de homens livres brancos, e negros indígenas tinham os quilombos como refúgio para organização política -social e comércio nas diversas formas que se expressou os quilombos no Brasil.

2.2 Quilombos na formação do Brasil

> O Quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A comunidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição. (Nascimento, 2018, p.5)

De início, Schwarcz (2015) salientar que o sistema tão violento de colonização e escravização não foi aceito desde a sua gênese. Assim, insurreições e ataques ao sistema fizeram parte de todo o processo de dominação, pois, diferente do que foi criado no imaginário popular, os escravizados não se deixavam e nem se comportavam como coisas, sempre reivindicaram por liberdade, e direitos básicos bem como comungar com seus aliados e cultivar seus costumes do jeito que a realidade da época permitia

Nesse sentido, as revoltas citadas não se limitavam apenas às fugas, mas também buscavam por direitos. Envolvem, portanto, negociações com seus feitores para garantir tempo livre para cuidar de suas próprias plantações, além de criar estratégias para sobreviver no regime, seja resistindo ao trabalho ou se mobilizando para atacar seus senhores (Schwarcz, 2015).

O termo "quilombo" já era utilizado em Angola e outras regiões africanas, expressando uma forma de organização militar fortificada, sendo “composto de guerreiros que passavam por rituais de iniciação, adotavam uma dura disciplina e praticavam magia”. (Schwarcz, 2015, p. 132), A autora diferencia esse termo de “mocambo”, utilizado para se referir a um “esconderijo”.

Nesse sentido, Beatriz Nascimento (2018) esclarece que as fugas eram feitas sob organização prévia para os quilombos, e que as organizações para se libertar da escravidão se desenvolviam dentro do que os africanos entendiam enquanto seres sociais e culturais da África, pois era tudo o que as pessoas raptadas conheciam e que as tornavam humanas e seres sociais.

Ela ainda defende que muitas das revoltas e grandes líderes contra o regime escravista vieram da África, pois já vinham de lideranças de religiões africanas, ou faziam parte da realeza de vários povos e conseguiam erguer a estrutura social de confiança e organização política para criar estratégias com intuito de desvincular da exploração compulsória. Em suma, esses elementos foram determinantes para como se deu a resistência ao regime escravista.

O quilombo é diaspórico, mas formou-se para além de uma alternativa fruto de mera impulsividade. Visto que grande parte dos quilombos mudaram constantemente para não serem rastreados e precisaram de articulação com vilas e fazendas que pudessem comercializar seus produtos provenientes de roças que eram produzidas pelos quilombolas (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, vale salientar que, por muito tempo, os quilombos também foram definidos em uma perspectiva reducionista, de ser apenas quando "[...] toda habitação de negros fugitivos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se ache pilões neles" (Gomes, 2015 p.73). Essa visão não considera a diversidade de organizações que se ramificaram e que fogem de qualquer modelo pré-concebido. Essas organizações sociais quilombolas eram complexas, e apresentavam várias nuances em sua estrutura de cunho extrativista, mercantil, minerador, itinerante, entre outros (Freitas, 1984).

Em suma, em um contexto de organizações tão diversas, houveram grandes centros de resistência como Palmares, em Alagoas. Os quilombos como esses utilizavam a fauna e flora da região, o que possibilitou maior proteção de ataques externos e facilitou a organização para invasões aos engenhos e casas-grandes, entre outras iniciativas contra o sistema escravista. Isso se tornou um enorme desafio para a sociedade exploradora, os quilombos cresceram em contingente de milhares de habitantes, que comercializavam o excedente de suas plantações.

Além disso, grande parte desses quilombolas eram provenientes do Congo e Angola, trazendo diversas manifestações culturais e religiosas de seus países de origem, além do catolicismo e rituais indígenas adquiridas em solo brasileiro. Havia, igualmente, uma organização política e militar complexa que possibilitou Palmares resistir a inúmeros ataques, até ser oficialmente derrotado em 1695, depois de quase cem anos de existência, com a morte de centenas de quilombolas e seu líder, Zumbi (Gomes, 2015).

Palmares foi o quilombo mais conhecido da época colonial, mas não foi o único. No decorrer do regime escravista em todo território nacional foram constituídos diversos territórios de luta pela liberdade.

A abolição chegou, mas ainda se teme que novos Palmares surjam na contemporaneidade. A colonização passou, mas os quilombolas sofrem com a estrutura racista que se configurou na sociedade de classes. Os quilombolas resistem e lutam contra o Estado para garantir seus direitos e cultivar seus modos de vida ancestrais nas novas configurações de identidade étnica no Brasil contemporâneo.

3 COMUNIDADE PAU D´ARCO: CONHECENDO SUAS RAÍZES E ENTENDENDO A DIREÇÃO DE SUAS FLORES.

Figura 1 - Ipê/ árvore de Pau D´arco florida

Fonte: Arquivos pessoais da autora.

No capítulo será exposto os processos subjetivos e políticos que participaram da construção da comunidade Pau D'arco, apresentando a gênese familiar de seus fundadores que se estende até agora, pois, essa formação valida a identidade racial e pertencimento étnico pelos laços sanguíneos e culturais. Além de elucidar os desafios iniciais e refletir sobre a centralidade da família como uma forma de resistência negra, resgate de sua autonomia enquanto sujeito social pós-escravatura.

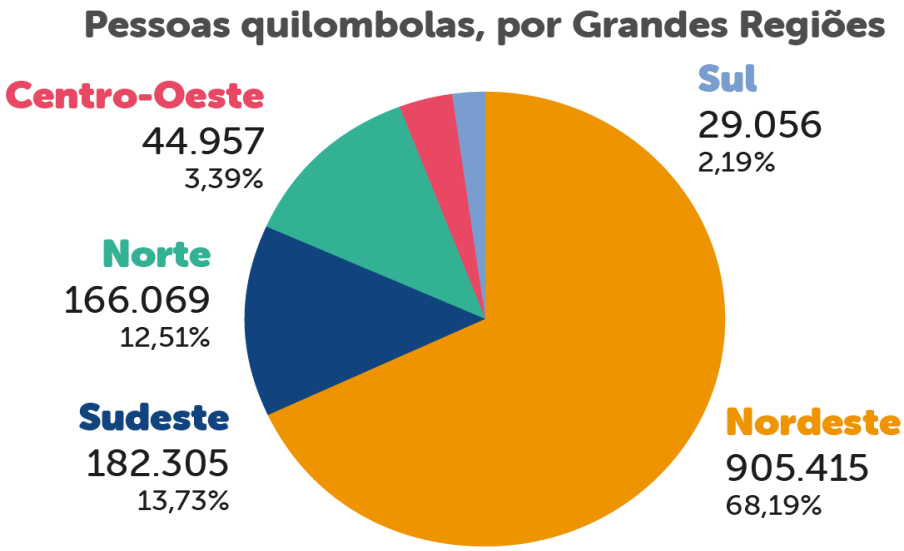
Primeiramente, deve-se ter em mente que as comunidades remanescentes de quilombo são mais que um pedaço de África que resistiu à colonização, as comunidades são complexas em diversas instâncias políticas e culturais. Dado esse contexto é importante situar sua formação como expõe Silva (2010, p.127):

> As comunidades de remanescentes de quilombos constituem grupos étnicos que se definem a partir de situações históricas específicas que os liga a um passado comum e cobram do Estado o reconhecimento de seus territórios. Os quilombos contemporâneos se espalham por todo o Brasil, não são restos, vestígios,

> remanescentes de um tempo pretérito lutam por um modo de existência singular de um território conquistado por seus ancestrais.

Segundo o censo 2022, em um âmbito nacional, residem cerca 1.327.802 pessoas quilombolas no Brasil, sendo em sua predominância na região nordeste, onde residem 905.415 de pessoas, 68,19% do total nacional. Como mostra o mapa a seguir:

Gráfico 1 - Divisão de pessoas quilombolas por região



Fonte: IBGE

Essas comunidades têm sofrido historicamente com o abandono do Estado atrelado a um racismo que pauta as relações de poder, muitas dessas comunidades sofrem com falta de acesso às políticas de saúde, transporte, educação e saneamento básicos entre outros direitos, o que tem um impacto significativo na migração de remanescentes para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida.

Nesse contexto, destaca-se a comunidade de Pau D'Arco, nomeada devido a seus ipês e árvores famosas por suas lindas flores em tons de amarelo e roxo, que é o foco deste estudo. Localizada no agreste alagoano, no município de Arapiraca, Pau D'Arco está ao norte da rodovia AL-110, fazendo divisa com o povoado Cangandu e o sítio Sapucaia. Essa divisão de terras foi proposta em 1950 pelo então prefeito de Arapiraca, Luiz Parreira Lima, segundo relatos das matriarcas da comunidade (Araújo, 2023).

Além disso, a construção da comunidade se deu por meio de Manuel Tomás da Silva que comprou as terras correspondentes à comunidade, ele constituiu família no território, com sua esposa Josefa da Silva e seus seis filhos. Tomás comprou as terras de um descendente de francês nomeado João de Deus, o mesmo possuía terras no território de Cangandu (Santos, 2020).

> Conta -se que Manuel Tomás da silva chegou com sua esposa e seus filhos - Pedro da silva, Joaquim da Silva, Guilherme da Silva, Francisca Conceição Silva, Maria Rita da Silva e Marta da Silva - e construíram residência por volta de 1885. No entanto, há certa imprecisão quanto a essa narrativa, pois a bisneta de Manuel Tomás - Teresinha de Almeida - alega não ter certeza se seu bisavô, já chegou casado e com filhos e também não possui informações sobre a origem da sua bisavó [...] (Araújo, 2023, p.172).

Dado esse contexto, Araújo (2023) construiu um diagrama com as famílias através relato da bisneta de Tomás, Teresinha de Almeida, ela afirma que a família de Tomás se multiplicou e deu origem à primeira família das três que construíram árvores genealógicas com a união de sua filha mais velha, Francisca da Conceição da Silva, com um jovem cuja origem não se sabe ao certo, chamado Januário Monteiro da Silva. Isso se desdobrou no que atualmente são os membros das famílias Rodrigues e Almeida, descendentes de Francisca (Silva; Santos, 2006).

A segunda família denominada Pragelo, também denominada família Leite, que se iniciou com a união da Filha de Manuel Tomás a Maria Rita da Silva com um homem branco, filho de uma ex- escravizada do povoado de Cangandu (Silva; Santos, 2006)**.** Por fim, a família Tolentino iniciou com Maria, neta de Manuel Tomás e fruto da união de Maria Rita com José Januário Pargelo, que se casou com Luiz Tolentino, que veio do território de Anadia em busca de melhores condições de trabalho e se fixou em Pau D'arco (Silva; Santos, 2006). Ademais, apesar de quase nenhuma autonomia e direitos conferidos ao povo negro antes e após a abolição, Tomás e sua esposa Josefa asseguraram o que foi negado a seu povo: famílias, laços de escolha e autonomia para gerir seu território e buscar condições dignas de reprodução social.

Araújo (2023) que faz uma investigação etnográfica percebeu algumas perdas e imprecisões de informações, o que é normal devido à história da comunidade se construir na oralidade e às vezes detalhes se perdem devido ao tempo e a memória dos envolvidos o que não invalida suas narrativas, pois, a memória dessa população tem sido negada e apagada durantes séculos, bem como suas trajetórias familiares, por isso é tão importante a historiografia para possibilitar entender a formação das comunidades remanescentes e validar sua narrativa para combater o apagamento histórico “[...] sendo família uma categoria social fundamental para

compreensão da formação desses agrupamentos e da emergência destes como grupos étnicos na contemporaneidade, conforme se evidencia no Pau D'arco" (Araújo, 2023, p.174).

Vale ressaltar que os moradores não sabiam como Tomás teria comprado as terras que correspondem a comunidade hoje, mas a pesquisadora, Aráujo (2023) descreve uma entrevista feita por Laurinete Basílio, umas das lideranças da comunidade Pau D'arco. Nesse dia, conheceu Elizabeth, líder comunitária da comunidade Tabuleiro dos Negros, a mesma relatou que, segundo moradores mais velhos (que as ambas as comunidades compartilham) em 1885 os fundadores das comunidades chegaram livres e com vários filhos. E para comprar as terras foi usado ouro que uma senhora de escravos teria cedido, devido recomendações de um padre de Penedo que possibilitou a libertação dos mesmos e a compra das terras através de ouro, como aponta Araújo (2023, p. 178) em trecho da entrevista:

> No caso de Manuel era uma senhora que tinha uma amizade muito grande com o padre - em Penedo - e quando eles libertaram, eles deram a cada um corrente de ouro elas presenteava! Como presenteava também alguns pertences, alguns instrumentos, como enxadas elas presenteava eles [...].

Entretanto, para além desse relato, não foi possível encontrar mais evidências que possibilitassem afirmar com um grau maior de certeza sobre a origem dos recursos para a compra do território do Pau D'arco. Muito também se questiona sobre o motivo da migração para o território de Pau D'arco, mas que devido ao período histórico poderia ser para fugir de repressão ou reescravização, que mesmo com a Lei do Ventre Livre e cartas de alforria ainda era um risco frequente a pessoas livres da segunda metade do século XIX (Araújo, 2023).

Portanto, o texto acima traduz a formação da comunidade em aspectos familiares, dentro do desafio que foi também o pós-abolição. Nesse sentido, assegurou o que por quase meio século foi negado aos trabalhadores negros escravizados no Brasil: laços de escolhas, família e a duras penas a manutenção de seus territórios que seus descendentes posteriormente conseguiram reconhecimento de que são comunidades remanescentes de quilombos.

3.1 Reconhecimento de Pau D´arco

Inicialmente, é importante destacar que todo reconhecimento vem com muita luta dos movimentos políticos reivindicatórios negros, assim Pau D'arco não poderia ser diferente nesse

aspecto da história das famílias de origem negra, pois como destaca Berth (2011), os componentes dessas famílias buscam reivindicar o seu passado e a história ancestral que os unem enquanto família e os elucidam enquanto autores sociais que visam alargar discussões sobre identidade étnica e cor dentro dos quilombos que em seu interior possuem conflitos e níveis de pertencimento ou a falta do mesmo.

Nesse sentido, essas comunidades utilizam o território de diversas formas fugindo da falácia de uma homogeneidade entres grupos étnicos, pois, os quilombos são objeto de disputa que se ramifica em diversas formas de trajetórias de lutas políticas e estratégias para sobreviver na busca de autonomia e acesso a direitos básicos negados ao povo negro no Brasil (O´dwyer, 2002). Além disso, conforme Santos (2021, p.11):

> Foram os negros que através do trabalho escravo ajudaram a construir o território brasileiro. A mão de obra escrava, através de seu suor e seu próprio sangue, consolidaram o território brasileiro, construindo riquezas, pois "só o trabalho produz riquezas". Hoje, a supremacia branca dominante, ainda quer ignorar existência do povo negro como sujeito histórico, produtor de riquezas e de ideias e busca justificativas para não dar a eles, nem um lugar digno para suas moradias e sobrevivência. Seus descendentes lutam, diariamente para ter seus direitos respeitados, para serem vistos numa sociedade onde o racismo e a injuria racial ainda é gritante, seja no ambiente escolar, ou no cotidiano da sociedade, em ambientes de trabalho, de lazer, de cultura, de saúde[...].

Além disso, depois de debates no campo intelectual e de ações de reedificação das novas formas das comunidades remanescentes, um marco para início do respaldo para a garantia das terras ao povo quilombola, ou pelo menos o reconhecimento como um território ancestral e remanescente, foi o artigo 68 do ADCT da constituição Federal de 1988 que viabilizou que as comunidades pudessem reivindicar politicamente seu reconhecimento, e esse processo foi fortalecido ainda mais com o Decreto n 4.887/2003, que juntos se tornaram os principais respaldos para a intensificação nos processos de reconhecimento em todo o país (Fernandes, 2016).

Nesse sentido, em Alagoas o pontapé inicial para reivindicações foi a criação de novos órgãos surgindo através desse decreto, tais como a Secretária das Minorias Étnicas[1], que direcionou as 23 comunidades certificadas e auto reconhecidas no território Alagoano.

Na comunidade Pau D'arco a titulação veio no dia 04 de março de 2004, dentro de níveis de certificação em Alagoas através da Secretaria de Minorias Étnicas. A universidade foi crucial para esse processo, auxiliando as lideranças a tomarem consciência de sua importância étnica e

[1] Na direção da mesma ficou o professor Zezito de Araújo e na coordenação Elis Barros.

as instigando para iniciar o processo de luta pelo reconhecimento de seus territórios e de sua identidade, no caso do Pau D'arco, a Uneal (Universidade Estadual de Alagoas) foi uma articuladora importante para o que seria o processo de reconhecimento da comunidade, e o próprio despertar étnico das lideranças, visando o enfrentamento do racismo.

3.2 Comunidade Pau D'arco hoje: principais dilemas e desafios

Esse item busca expor a comunidade remanescente na atualidade, seu povo e suas organizações políticas que integram seu território. Pau D´arco tem uma trajetória histórica de reivindicações para trazer os holofotes para as necessidades da população quilombola.

Para que se tenha um panorama de como é a comunidade hoje, segundo dados do Instituto de Terras Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), Pau D´arco tem cerca de três mil habitantes, com uma expressiva camada formada por mulheres negras que sofrem com diversos transtornos devido às desigualdades sociais. Nesse sentido, em relação à acessibilidade, a baixa qualidade do transporte público ofertado traz inúmeras complicações, pois, o transporte público é precário e as altas taxas para locomoção pesam no bolso dos quilombolas, e boa parte são de baixa renda, trabalhadoras domésticas ou rurais e infelizmente as passagens para o centro de Arapiraca representam uma porcentagem significativa de sua renda.

Além disso, o trajeto de 40 minutos para o ônibus chegar ao Pau D´arco do terminal rodoviário Ceci Cunha, causa comprometimento de seus horários, gerando cansaço e frustrações em decorrência do único transporte público oferecido à comunidade (Araújo, 2023). Esse ônibus leva os habitantes para seus trabalhos no centro de Arapiraca e outras atividades exclusivas como banco, hospitais, entre outras atividades. Além de dificultar o acesso a atividades de lazer, o ônibus só passa até as 18 horas, o que dificulta uma parte significativa de acessar as praças, e os poucos espaços de lazer oferecidos no município de Arapiraca à noite.

Ademais, no que afeta os jovens da comunidade, é importante destacar que não existem tantos espaços para expressões culturais e lazer, pois, a falta do dinheiro, pouco espaço e baixo investimento do poder público para desenvolver atividades recreativas para jovens e adultos. Dessa forma, infelizmente, cria-se uma cultura de muito consumo de álcool e comumente atrelado ao uso de motos, pois, grande parte desses habitantes não possui habilitação, e as

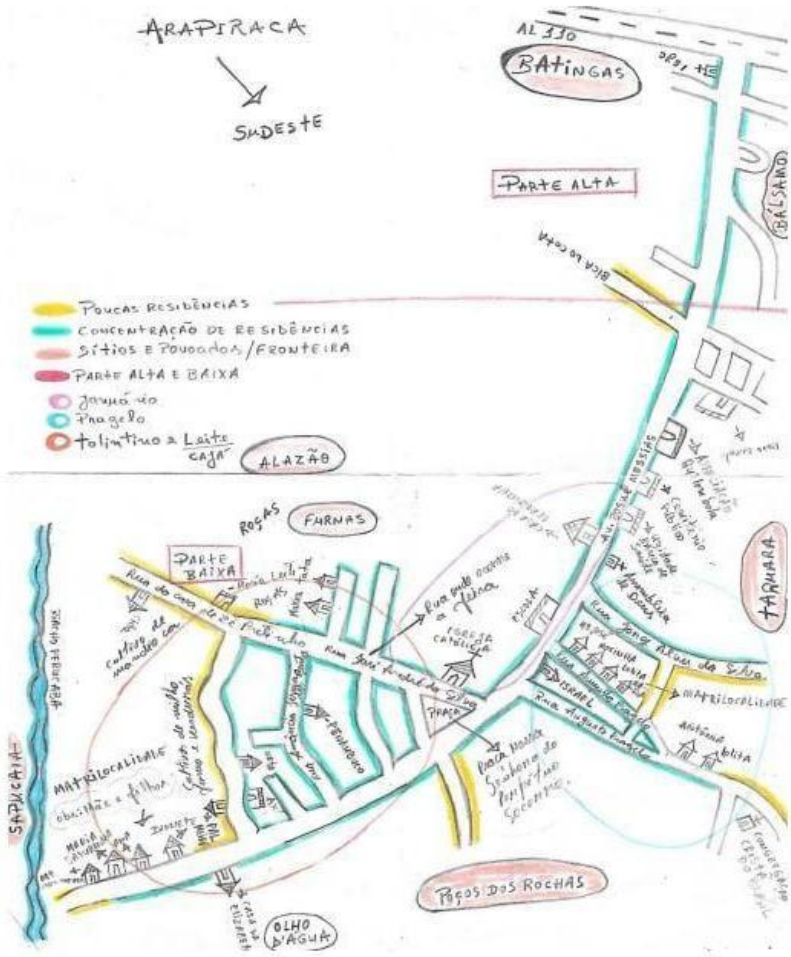
motocicletas já são utilizadas por adolescentes, o que cria um alto índice de acidentes, principalmente para os homens das comunidades que tentam fugir das limitações do transporte público.

Para tentar combater esse tipo de exclusão, organizações políticas, principalmente as lideranças quilombolas, conseguiram que a estrada que leva ao Pau D´arco fosse asfaltada, pois, o trecho que passa pelo fim da comunidade Batingas e pela entrada do povoado de Furnas, que faz divisa com Pau D'arco, era de terra batida e no inverno tinha poças de água gigantes que acabavam sendo uma das partes mais incômodas do trajeto. O trecho citado teve uma expressiva melhora para o tráfego/trânsito de carros que adentram ao Pau D'arco.

Ademais, ao adentrar em Pau D'arco é possível perceber no início da comunidade chácaras com grandes muros, com piscina, em sua grande maioria de pessoas pertencentes “de fora” do Pau D´arco, pessoas que não descendem das famílias quilombolas e não possuem vínculos tão estreitos ou laços comunitários com o quilombo, compartilham apenas o lugar. Passando desse princípio mais urbanizado, outras diversas famílias compartilham laços comunitários em equipamentos sociais como a igreja, escola, posto de saúde e alguns modos de vida, mas também não descendem das famílias quilombolas. Entre estes últimos estão os descendentes das famílias quilombolas, onde é possível observar casas mais simples de tijolos, com cercas de arames e com divisão entre as casas, pois, uma porção considerável das famílias que residem na parte baixa da comunidade por vezes divide o mesmo terreno ou moram bem próximos aos pais e matriarcas. Deste modo, famílias ancestrais que descendem diretamente das matriarcas da comunidade e formam "matricialidades”[2], vivem em ruas formadas por mulheres de várias gerações da mesma família, chefes de família, com memórias vivas do quilombo e posicionamento político expressivo dentro das reivindicações para melhoria da qualidade de vida e resgate da história ancestrais (Araújo, 2023).

[2] Figura 2.

Figura 2 - Croqui da comunidade quilombola Pau D'arco, com um panorama da divisão territorial



Fonte: Araújo (2023, p. 101)

Nesse sentido, mesmo com o ativismo político e uma urbanização da comunidade, o modo de vida rural ainda é bem presente, as roças e plantações ainda permeiam boa parte dos terrenos dividindo com ruas asfaltadas, com espaços com as casas mais simples, de pessoas mais humildes e que possuem poucas terras e principalmente a parte de baixo da comunidade que fica mais perto da igreja católica, que tem grande papel na vida dos moradores.

No que diz respeito a tradição agrícola, os quilombolas plantam mandioca, fumo, entre outras hortaliças para vender e para consumo próprio, conforme é expresso em falas dos habitantes da comunidade como: “a roça é a mãe que dá comida ao filho que tá em casa [...] a gente só tem barriga cheia quando planta” (Araújo, 2023, p.112).

Nessa perspectiva, a roça tem ainda uma simbologia de segurança e de autonomia dos quilombolas principalmente para moradores mais velhos, devido a períodos de fome, mesmo assim a economia do quilombo é diversa, dividida entre agricultura, criação de galinhas, porcos

e gado em pequenas quantidades, utilizados como poupança para serem vendidos ou consumidos conforme as necessidades. Além do costume de sempre ter pés de árvores frutíferas que no passado não tão distante era o que poderia salvar uma família da fome, hoje faz o complemento da alimentação destas famílias. Bem como, também é possível observar bares, pequenos mercadinhos, farmácias, lojas de materiais de construção (Araújo, 2023). Além disso, existem também famílias que têm várias gerações de feirantes, empregos no comércio de Arapiraca também são expressivos pela camada mais jovem dos habitantes, empregos informais e no serviço público.

Do âmbito da saúde da população, a comunidade tem instalada uma Unidade Básica de Saúde nomeada em homenagem a uma antiga parteira, Amância Jesuína dos Santos, que foi responsável pelo nascimento de inúmeros membros do quilombo e comunidade circunvizinha antes da instalação do Sistema Único de saúde (SUS). Com isso, a Unidade de Básica de saúde é nomeado como Amância Jesuína dos Santos, membro das famílias Pragelo e Tolentino segundo Santos (2020).

Ademais, a saúde é uma questão central de reivindicações e queixas da comunidade, embora tenha registrado avanços significativos, especialmente devido às constantes lutas políticas lideradas por mulheres quilombolas que integram a equipe de saúde. Essas lideranças atuaram para garantir a presença de dentistas e médicos na comunidade e conquistaram, por exemplo, a prioridade de vacinação durante a pandemia de COVID-19[3].

Entretanto, persistem queixas entre os usuários, muitas vezes associadas à falta de capacitação dos profissionais em políticas de saúde voltadas à população negra. Além disso, os moradores mais antigos enfrentam dificuldades em receber cuidados de profissionais brancos, que, em alguns casos, reproduzem o racismo institucional. Essa situação se agrava pela alta rotatividade de médicos e outros profissionais de saúde, que geralmente carecem de conhecimento sobre as condições específicas de saúde da população negra. A falta de implementação de campanhas e políticas adequadas contribui para a desinformação em torno de doenças como a anemia falciforme e as elevadas taxas de hipertensão, bem como sobre como fatores sociais e raciais afetam a qualidade de vida dos quilombolas.

[3] Pandemia global do Corona vírus, ocorrida de 2020 a 2023.

No que toca à educação, a escola mais antiga da comunidade, nomeada Professor Luiz Alberto de Melo, membro da família Januário teve e tem um papel crucial no cenário político, racial e cultural de Pau D'arco. Escola trava uma luta para reivindicar o lugar do quilombola na educação da comunidade, tendo em vista que a imposição para um ensino eurocêntrico e limitado a história europeia e de apagamento do povo negro no protagonismo da história. Nesse sentido, iniciou uma longa intervenção por parte da direção da escola para resgatar e disseminar a história da comunidade entre os alunos, para combater o racismo e o preconceito que gera baixa autoestima e dificultando o aprendizado. Assim, a escola busca incentivar para que eles possam elaborar novas perspectivas de vida e superar estigmas que são impostos às comunidades negras Silva *et al.* (2024).

O preconceito estruturado pelo racismo tem marcado significativamente os alunos da comunidade ao permear as relações entre crianças e adolescentes. Esse processo se torna ainda mais cruel quando o atacado tem dificuldade de se defender devido à imaturidade que é característica da fase, pois, também pela cultura de racismo estrutural o negro é visto com maus olhos, como sujo, inclusive por morar em uma comunidade de ascendência negra. Nesse cenário horrível, as meninas tendem a ser intensamente afetadas, devido ao cabelo e a cor não adequada ao perfil eurocêntrico, por conta disso, como forma de enfrentamento, afirma Berth (2019, p.72): “parece-me então, muito coerente os discursos e narrativas de enfrentamento do racismo vigente que exaltam os cabelos como elementos de orgulho racial, pois amá-lo significa cuspir de volta na boca do sistema racista todas as ofensas[..]”. Nesse sentido, a insatisfação com a própria estética devido à discriminação é um relato que se repete ao longo de gerações, como o que a liderança Laurinete descreve em sua vivência.

> [...] eu acho que na mulher o cabelo era uma questão, que usavam aquelas tranças raízes e no depoimento delas era isso [...] eu lembro que quando a gente chegava começava a rir da gente, começavam a dizer: olha os negros do Pau D´arco! e era aquela mangação. (Araújo, 2023, p. 122)

Para que questões como essas fossem combatidas e que não só as alunas negras pudessem criar um senso de pertencimento e fortalecimento na comunidade, as lideranças comunitárias negras e a escola iniciaram o projeto “Construindo a identidade afrodescendente”. Como defende que:

> É fundamental para o processo de luta no campo da estética que fique evidente que toda essa construção negativa da imagem da pessoa negra não teve outra motivação senão sociopolítica. A inferiorização da aparência e da estética negra em detrimento da branca foi tão somente uma das tecnologias empregadas para sustentar e justificar o sistema de opressão e exploração de sujeitos para acúmulo de privilégios sociais e,

> exatamente por isso, fica evidente a necessidade de quebrar esse esquema que perdura com eficácia secular, que durante séculos de escravidão, a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. (Berth, 2019, p. 75)

Nesse sentido, foi um marco para o fortalecimento da identidade coletiva da comunidade de as apresentações culturais de danças afro do grupo Perolas Negras, a capoeira e o grupo percussivo, além de discussões no campo teórico de negritude e educação. Esse projeto se apoiou na a Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola, que foi essencial, entendendo que o Estado tem papel crucial, pois, sem iniciativas concretas, segue na manutenção dos privilégios e ampliando as desigualdades raciais.

Para implementação do projeto, tem se buscado um currículo escolar que atenda as especificidades da comunidade dentro das políticas públicas à população escolar, em uma dinâmica que fuja dos padrões educacionais eurocêntricos. Devido a esse esforço, Silva *et al.* (2024) fala que as primeiras edições foram um sucesso, bem recebidas pela comunidade, iniciando um alinhamento cultural, resistindo a impactos negativos da questão que coloca o povo negro na lógica racista de desigualdades.

Na ótica das ações afirmativas, na prática, foram desenvolvidas ações de curto, médio e longo prazo, que tiveram impacto expressivo no imaginário simbólico da comunidade. A terceira edição contou com a apresentação do grupo de dança “pérolas negras”, que exalta os fenótipos da beleza negra, que durante todos os anos de realização é o carro chefe cultural do evento. Para entender os impactos na comunidade e o direcionamento das ações é preciso compreender a luta pelo reconhecimento do território da comunidade e seu direcionamento político que fundou movimentos importantes de pertencimento étnico no Pau D´arco por meio de reivindicações políticas e muito trabalho de debruçar sobre uma história em comum.

4 COLONIALIDADE DO PODER E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFRODESCENDENTES

A Educação Quilombola tem se destacado como importante instrumento de reafirmar a identidade afrodescendente. Nesse capitulo, exploraremos exemplos concretos que ilustram como a comunidade Pau D'arco tem utilizado a educação como ferramenta de descolonização e fortalecimento indenitário. Bem como, trazendo reflexões sobre como as mulheres, em especial as lideranças, têm se esforçado para manter a identidade étnica e galgar por protagonismo e melhorias no âmbito comunitário mediante a cultura, inconformismo e militância visando combater as desiguales sociais e raciais.

Entre os vários desdobramentos surgidos durante o processo de reconhecimento da comunidade, o projeto “Construindo a Identidade Afrodescendente” foi essencial para o resgate e transmissão da história local. Iniciaremos este capítulo com reflexões sobre o conceito que Aníbal Quijano chamou de “colonialidade do saber”. O professor peruano expõe as estruturas de dominação forjadas no período colonial, analisando as opressões que abordamos no primeiro capítulo. Quijano destaca que essas estruturas de poder e dominação, especialmente na América Latina, ainda impactam profundamente o povo negro na contemporaneidade (Quijano, 2005).

Nesse contexto, as questões raciais e sociais ganham destaque, o que impacta profundamente no acesso a direitos, pois, a naturalização das relações de poder elevando o homem branco como superior, cria “[...] uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (Quijano, 2005, p. 126).

Os equipamentos sociais tendem a utilizar essa estrutura, e a escola não é diferente. A escola professora Luiz Alberto de Melo tem as bases eurocêntricas de ensino pois, como tudo, a educação foi colonizada, pois, por muito tempo não levou em consideração os moldes quilombolas da comunidade, é um reflexo do colonialismo hoje (Perreira, 2024). Além disso, Frantz Fanon (2002) elucida que eurocentrismo impacta diretamente a formação da identidade do indivíduo, impondo visões depreciativas e limitantes para o povo negro. Nessa perspectiva, ele aponta a importância de os colonizados agirem de forma que busquem sua identidade histórica cultural para construir uma formação descolonizadora.

A educação superior impactou as lideranças e posteriormente a comunidade. Assim é ainda mais importante que essa educação quilombola seja implementada no ensino básico e médio. Como destaca Pereira (2024, p. 88):

> [...]. Em uma escola quilombola como a Professor Luiz Alberto de Melo, a aplicação desse princípio pode ocorrer de modo que reflita necessidades e a rica identidade cultural da comunidade quilombola. Isso implica reconhecer e valorizar a cultura local, envolver ativamente a comunidade no processo educacional, estimular o diálogo intercultural, promover a conscientização crítica sobre questões sociais específicas, e desenvolver habilidades práticas alinhadas com as tradições locais. A abordagem busca não apenas transmitir conhecimento, mas também fortalecer a autonomia, o empoderamento e a preservação da identidade cultural dos alunos quilombolas, contribuindo para uma educação verdadeiramente inclusiva e capacitadora. A conscientização, então, atua como principal meio para que isso seja alcançado.

Para que a educação e Cultura quilombola sejam realmente implementadas, existem embates políticos que as lideranças passam, um deles é a disputa das ações das escolas com outros dispositivos que não estão comprometidos com a construção da identidade remanescente de quilombo, como o instituto João de Barro, que pleiteia ações na escola, com equipe formada por uma equipe multidisciplinar, que já há oito anos atua na comunidade e por meio do instituto tem angariado votos para seu presidente em pleito nas eleições legislativas.

Além de questões políticas partidárias como essas, a escassez de recursos e alta rotatividade de professores, e a falta de merenda gera muitos transtornos aos alunos e à equipe pedagógica que busca o fortalecimento da identidade negra no âmbito da escola. Aqui cabe destacar os nomes de Laurine Brasilio dos Santos, Marta Rocha Santos, Rita de Cassia Oliveira, Israel Medeiros, Joelma Rodrigues de Almeida, Ivan Jorge da silva, alguns destes são líderes comunitários quilombolas que se organizam em favor de as ações educacionais e culturais quilombolas.

Entretanto, mesmo com essas limitações, a escola tem desenvolvido uma variedade de atividade extracurricular, tais como feira de ciências, matemática, exposição da história e mitos da comunidade, grupo de capoeira, grupo de dança, grupo percussivo etc. Existe um comprometimento da equipe pedagógica em desenvolver um ensino de excelência dada as condições possíveis, principalmente por ter essa proximidade com a instância política da associação quilombola da comunidade, já que alguns destes professores fazem parte dela e criaram o projeto cultural já citado “Reconstruindo a Identidade Afrodescendente da escola”.

O evento “construído a identidade afrodescendente” iniciou sob direção dos professores Laurinete Basílio, Joelma Rodrigues, Israel Medeiros, Ivan Jorge da Silva em 2005. Nessa

edição, no mês de outubro, foi executado uma exposição de temas sobre racismo, discriminação e xenofobia, aos moradores das comunidades através de slides, uma inovação para época, como explica Silva *et al.* (2020).

O projeto desde sua gênese, através da direção pedagógica da escola sempre buscou se atualizar nas questões que afetam a comunidade escolar e os moradores, com centralidade em desenvolver uma educação que vise incorporar "[...] novas estratégias e conteúdo para engajar e informar os alunos e a comunidade sobre a rica herança afrodescendente e a importância de combater o preconceito em todas as suas formas" (Pereira, 2024, p 103).

Nesse sentido, o projeto desenvolveu iniciativas pedagógicas que têm impacto significativo na cultura local, como o já destacado "Pérolas Negras", grupo de dança afro descendente composto por adolescentes e jovens da comunidade. É perceptível o quanto o grupo impactava a autoestima das meninas negras, quando a professora Joseane Serafim (Olodum), coreógrafa estava à frente do grupo, com experiência em grupos de dança tais como Afoxé Odoiyá, Afro Mandela, entre outras experiências artísticas. O grupo trabalha a dança a partir dos seus significados enquanto história do povo negro, de como cada movimento da dança não era por acaso, a história negra está marcada no batuque do tambor, os movimentos dos orixás e o esforço para que as alunas majoritariamente negras se mantivessem altivas, com olhar para cima como rainhas africanas de outras épocas, hoje o grupo está sob nova direção e ainda leva o legado de sua composição inicial.

Esse trabalho foi coordenado pela professora Joelma Rodrigues, que supervisionou Olodum na quinta edição do projeto, houve uma maior adesão a iniciativas culturais, um exemplo nesse sentido foi a criação dos desfiles voltados para a comunidade masculina negra da escola, com a competição dos "diamantes negros" trazendo avanços significativos para organização quilombola escolar através da cultura. Nessa perspectiva Furtado (2024, p.2) afirma que:

> A cultura deve ser compreendida como campo simbólico, por possibilitar aos sujeitos uma complexa rede de relações sociais capaz de significações por meio de símbolos, signos, práticas e valores. Nesse contexto, as comunidades passam a ser compreendidas a partir de suas singularidades, individualidades próprias e estruturas específicas. A cultura é percebida, portanto, como um sistema de códigos que comunicam o sentido das regras a fim de orientar as relações sociais.

Além disso, importante destacar, que além do grupo de dança havia no evento, desfile para eleger a jovem estudante quilombola mais bonita, por anos o desfile foi um importante

carro chefe para atrações do projeto além de contribuir para o fortalecimento da autoestima dessas meninas negras (Silva, 2024). Aliado a esse cenário, os idosos, a parcela mais antiga dos moradores, tiveram suas homenagens também, pois na terceira edição do projeto, foi organizado uma “corte real” onde seu José Vicente Filho” e “Dona Maria Augusta” receberam uma coroação simbólica em homenagem à linhagem ancestral. Dona Maria Augusta também fazia parte do grupo de idosos intitulado “Preciosidades negras” fortalecendo a identidade quilombola entre gerações.

Figura 3 - Registro das eleições de beleza negra do projeto Construído a identidade afrodescendente

Fonte: Registros cedidos pela Associação Quilombola de Pau D´arco

A identidade quilombola se constrói no contexto que estão inseridos e de suas interpretações do mundo, criando um posicionamento social diante da vivência e cultura local, historicamente partilhada (Furtado, 2024).

As apresentações movimentavam toda a comunidade, as meninas iam à trancistas para fazer tranças nagô, costume bastante presente na comunidade, confeccionavam figurino temático e faziam ensaios incessantes para que tudo saísse perfeito, mesmo com baixo orçamento e pelo baixo investimento muitas vezes, por parte do poder público, havia organizações para arrecadar dinheiro para contribuir com a organização do projeto, para isso havia um esforço das lideranças quilombolas e do corpo docente junto à comunidade bastante expressivo.

Figura 4 - Na foto, duas jovens quilombolas trançam os cabelos enquanto se preparam

Fonte: Registros cedidos pela Associação Quilombola de Pau D´arco

Assim, todas as edições foram memoráveis, uma que vale a pena destacar foi a décima edição (2014), com diálogo mais amadurecido sobre a identidade quilombola, em três dias de evento, dia 11 de novembro houve uma roda de conversa com universitários do PIBIC da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no dia 12 um desfile na comunidade com temática racial e identidade, por fim o dia 13 concluiu o projeto premiado com falas e homenagens às lideranças que fizeram parte de sua construção, tais como a Professora Josefa Serafim (Olodum) e Sandro Santana pelo empenho no grupo de dança e percussão da escola. Além de concluir com um show do grupo percussivo Quilombaque que até hoje está ativo, apresentações das Pérolas e o grupo de idosas “preciosidades negras"[4] (Silva, 2024).

Figura 5 - Primeira composição do grupo “Pérolas Negras”

Fonte: Registros cedidos pela Associação Quilombola do Pau D´arco

[4] Grupo de idosas da comunidade que não está mais em atividade

Todas as edições tiveram seu papel crucial para a formação da identidade do Pau D'arco, temas como religiosidade afro-brasileira, a mulher negra quilombola, negritude, saúde negra, ações afirmativas e oralidade foram cruciais para o resgate da história da comunidade, assim, o projeto foi fruto de muito estudo e construção coletiva, com marcos e frutos memoráveis.

Todo o trabalho aqui destacado resultou em uma transformação social, onde o Pau D'arco tem sido palco de pesquisas. A comunidade que já foi conhecida como comunidade de negros, teve a adição de outros adjetivos, tais como local de aprendizado, de reivindicação política junto ao poder público, com escola que tem se esforçado para incorporar em seu currículo a educação quilombola. Além da construção histórica de luta para seu reconhecimento, existiram trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado de Psicologia, Serviço Social, Geografia, História, Matemática, bem como, foi objeto de pesquisa de PIBIC (programa de iniciação científica), pois, o trabalho e os desafios de luta contra o racismo e busca pela sua identidade tem inspirado pesquisadores e pesquisadoras em diversas áreas a contribuir ou documentar a trajetória da comunidade e o empoderamento da mesma.

Alguns desses trabalhos foram de ex-alunos da escola Professor Luiz Alberto de Melo que conseguiram entrar no ensino superior e escolheram a comunidade como objeto de pesquisa, denunciando desigualdades e processos históricos de exclusão do território. Muitos, para conseguir se manter na faculdade, tiveram como ponto crucial a bolsa quilombola fornecida àqueles que provam serem quilombolas mediante um reconhecimento da Fundação Palmares, mas que só é fornecida mediante o reconhecimento dos líderes quilombolas quanto a seu vínculo, sanguíneo e comunitário com o Pau D'arco.

Figura 6 - Composição atual (2025) do grupo de dança “Pérolas Negras”

Fonte: Registros cedidos pela Associação Quilombola de Pau D´arco

4.1 Linhagem de lideranças femininas da comunidade: dialogando com o empoderamento feminino

> Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.
> Carolina Maria de Jesus (Jesus, 1986, p. 106).

Esse tópico busca expor a importância histórica da participação feminina na formação cultural e política da comunidade Pau D'arco, tendo como protagonistas as filhas e as descendentes Josefa e Tomás, além de como gênero e opressão estão ligados em contexto de uma sociedade de bases racistas. Primeiramente, é importante destacar que na atual construção das questões étnicas da comunidade, são as filhas Josefa e Manoel Tomás que levam mais fortemente o legado ancestral e o seguem transmitindo, como expõe Araújo (2024, p. 21):

> [...] não se pode deixar de considerar o fato dessas mulheres, Maria Rita e Francisca, serem as responsáveis pela afirmação de uma identidade étnica no quilombo. Assim, poderíamos então pensar a construção desse parentesco para além dos sobrenomes masculinos e considerar que em Pau D'arco patrilinearidade e matrilinearidade caminham juntas, articulando sobrenomes e consanguinidade[...].

Assim, a seguir isto será exemplificado no relato de Laurinete Basílio, que é membra da Família Tolentino, formada em pedagogia e história, além de professora da escola professor Luiz Alberto de Melo. Além de ser uma liderança da comunidade e ter sido presidente da associação quilombola, ela teve sua trajetória acadêmica modificada pela Universidade e posteriormente com outros líderes da comunidade Pau D'arco, com um processo que não foi linear fez com que ela despertasse para os processos políticos e para que o reconhecimento da comunidade pudesse acontecer.

Anos de luta política e reivindicação quilombola foram essenciais para mudar a realidade local e o reconhecimento dos seus direitos junto ao poder público, galgando políticas públicas e lutando para o reconhecimento da necessidade da comunidade por articulações políticas com a prefeitura e secretarias, bem como com instâncias como UNEAL que ajudaram a modificar a trajetória de toda a comunidade. Araújo (2023) expõe em entrevista com a líder comunitária como foi esse processo individual e coletivo de transformação:

> Araújo: Como se deu, a princípio, o processo de reconhecimento de Pau D'arco? Que agentes estavam envolvidos?
>
> Laurinete: Através da nossa entrada na Universidade, eu lembro. Foi mais por uma questão pessoal. Nascer numa família de pais analfabetos, [...]tinha aquele rapaz que hoje faz parte do movimento negro e ele chegou na sala e queria formar da universidade um grupo de dança, de dança de mulheres negras e ele me convidou [...]. Eu disse: não, eu não posso. Eu tinha outro projeto de vida, eu estava grávida. Aí ele disse: você não se reconhece como negra. E no tempo eu fiquei calada, não disse nada.

> Eu não tinha essa consciência. A consciência que a gente tinha era da discriminação da gente quando saía daqui e chegava no colégio de Ensino Médio em Arapiraca. (Araújo, 2023, p.69)

Dessa forma, o trecho de relato de Laurinete Basílio expõe que as dificuldades e atravessamentos no quesito gênero, raça e identidade não é um processo linear e nem fácil para o remanescente, principalmente por estar em ambientes opressivos e que por muitas vezes só tem acesso à parte da discriminação da cor e não as potencialidades da organização política negra, pois identidade versa pelas necessidades de um processo de autorreconhecimento que é antagônico a dominação e é forjada pelas relações de poder (Fernandes; Munhoz, 2013). Esse processo de autorreconhecimento de Laurinete Basílio esteve na gênese da formação da comunidade Pau D'arco, como expressa Araújo (2023, p. 69):

> Na Universidade mesmo eu sendo a única negra, mas aí eu fiz parte de uma equipe muito boa, eu sempre fiz os trabalhos juntos, [...]sempre me esforcei assim pra na hora de apresentar eu também poder apresentar e fazer parte daquele grupo e o grupo me aceitar, sempre tive essa preocupação. Chegava em casa já ia estudar. Eu tinha muito essa preocupação de ser aceita. Poxa! Eu sofri muito no Ensino Médio, aqui eu vou fazer diferente, né? Aí na especialização que eu fiz em 2005 foi que eu priorizei essa temática, aí eu já tinha uma certa maturidade. Aí eu lembro que eu convidei Israel e ele ia fazer sobre urbanismo, alguma coisa assim... Aí eu lembro que o professor Ricardo e o Rafael, eles diziam: ô Israel, você mora na comunidade com a Laurinete, o trabalho é em dupla, então faça a temática da comunidade, não é remanescente de quilombo? Aí o Israel se convenceu e fizemos juntos o trabalho que foi muito bom porque o trabalho já deu um suporte pra gente criar também a Associação e é aí que entra a Elisabete [...].

Isto salienta como as mulheres da comunidade tiveram papel crucial nesse período. A criação da Associação de Remanescentes de Quilombo teve seu início a partir da aproximação de Laurinete com a temática quilombola e suas origens, que abriu espaço para a parceria com outro remanescente na produção do estudo que originou a Associação, além dela, Elizabthe também foi crucial nesse aspecto, pois ela a auxiliou a fazer o levantamento histórico da comunidade com os moradores mais antigos que residiam também na comunidade Cajá dos Negros, que deram arcabouço teórico da história oral da comunidade para reivindicar o reconhecimento do território, bem como, reunir forças para mudar a própria organização política do quilombo em atenção aos interesses dos habitantes remanescentes. Araújo (2023, p. 70) expõe:

> A gente já tinha aquela vontade de conhecer, fazer parte desses encontros, só que o presidente da Associação (a de Pequenos Produtores) não deixava. Aí conseguimos através do primo da Elisabete do Cajá dos Negros, o Cícero. Aí eu conheci o Cícero, a Elisabete me levou pra lá, foi quando começamos a resgatar a história da comunidade, aí eu prometi também ajudar a resgatar a história local, aí fui quatro finais de semana pra lá. Eu ia com ela no sábado e voltava segunda à tarde, aí resgatei a história junto à Elisabete e os senhores, os tios dela do Cajá. A história de lá e daqui de Pau D'arco ao mesmo tempo, já como uma forma deles nos ajudarem, porque os

> moradores do Cajá os mais idosos eles eram do Pau D'arco, a grande maioria! A família Leite que é daqui a grande maioria dos remanescentes dos Tolintino é da família Leite, é como se eles tivessem se dividido entre Pau D'arco e Cajá dos Negros.

Além disso, os laços familiares e parcerias reivindicatórias políticas foram cruciais para a formação da associação comunitária quilombola e conquista da certidão de titulação de Pau D'arco adquirida através da Fundação palmares, crucial para a dinâmica de reivindicação política e organização das comunidades no Brasil como consta na continuação do relato a seguir:

> Então, já existia essa dinâmica, essa organização desde o governo Lula que foi quando começou realmente, e no governo Lessa, pelo menos a nível de Estado teve um olhar diferenciado dos demais pras comunidades quilombolas. Elis Lopes começou esse trabalho de resgate que reconhecia as comunidades remanescentes, a grande maioria foi reconhecida nesse período que a Elis Lopes da Secretaria da Mulher e a Bernadete da Fundação Cultural Palmares, existia uma relação muito forte entre as duas. Então assim, a Bernadete veio dois encontros em Maceió onde reuniu todos os remanescentes, as lideranças e membros das comunidades. (Araújo, 2023, p. 69)

No relato exposto, é possível notar mais uma questão de gênero que tem sido frequentemente abordada em estudos: a participação ativa e política de mulheres no âmbito dos movimentos sociais (Crenshaw, 2002; Neves, 2019; Tubaldini, 2010). Essas mulheres apresentam-se em vários marcadores sociais como gênero, cor, classe social e estereótipos que as afetam. No entanto, o relato também revela que esses desafios desenvolveram suas habilidades para criar estratégias de resistência contra o sistema de opressão, em busca de reconhecimento de seus direitos e dos direitos de seus pares. Elas atuam junto aos movimentos políticos e equipamentos sociais, como a Fundação Cultural Palmares, prefeituras e secretarias, e encontram validação e apoio de outras lideranças quilombolas femininas e dos membros mais antigos de suas comunidades, o que culminou na formação da associação, como destaca Araújo (2023, p. 69):

> Então conversando com a Elisabete fomos ao Cajá dos Negros, conhecemos o Cícero e articulamos a comunidade, foi até na escola, a gente tem registro disso e todo mundo ficou assim maravilhado: é uma Associação diferente! Essa Associação atual, ela praticamente estava inexistente, que a Associação Remanescente acabou resgatando essa outra, porque a gente fazia parte da outra e quando a gente resolve criar essa Associação houve uma racha muito grande entre os moradores e entre a gente mesmo. Quando a gente cria a Associação que o pessoal se sente incomodado, começa por um lado aquela questão da crítica: vocês acabaram com a outra Associação! Mas não era nesse sentido não, aí eles começaram a se organizar [...].

A "rachadura" citada vem se mostrando também em processos políticos de reivindicação para que a memória da comunidade e de habitantes quilombolas que tiveram destaque sejam lembrados em nomeações de instituições públicas na comunidade, em homenagem a quilombolas falecidos para fortalecer a lembrança simbólica da comunidade e

tiveram um ativismo político na educação dos quilombolas. Nesse sentido, conflitos políticos sempre permeiam a comunidade, devido também ao esforço da Associação quilombola de homenagear os remanescentes que tiveram destaque na comunidade com o intuito de fortalecer a identidade e politicamente o Pau D'arco.

Diante do exposto, é possível notar os avanços que vieram por meio dessas mulheres negras que com muito esforço conseguiram ter acesso ao ensino superior e, mediante especialização, puderam se debruçar sobre a história da comunidade, protagonizando majoritariamente a luta política, junto com outros companheiros remanescentes, com papel crucial dos intitulados “mestres da oralidade” com ações junto à escola Professor Luiz Alberto de Melo. Laurinete e outros autores, em Silva *et al*. (2024), fornecem conhecimento através das histórias de seus antepassados que formam a base para desenvolver o projeto de construção de uma identidade afrodescendente.

Essas mulheres conseguiram romper com os moldes sociais de silenciamento, de uma estrutura patriarcal e racista que as coloca em lugar de subordinação, isso não significa que por adquirirem pensamento crítico não sofrerá situações degradantes, mas criam estratégias para romper com essas opressões, como o feminismo negro que traz novos contornos para enfrentar a opressão de gênero. Com isso, Carneiro (2003, p. 3) destaca:

> Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

É importante destacar o protagonismo de lideranças que surgiram muito antes da Associação e deram uma contribuição extremamente importante para a formação da comunidade, tais como Zelinda, neta de Manuel Tomas, com apelido de Dindinha, Assim como Laurinete, Elizabete (assistente social, agente de saúde e militante), Ivan Jorge, e Israel, atuais lideranças da comunidade que têm parcerias com o atual Prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa, Didinha tinha influência com o prefeito de sua época, Luiz Pereira Lima (1948-1951), e conseguia fazer articulações políticas apesar de não ter elaborações mais sofisticadas sobre o pertencimento étnico. A líder Quilombola descendente da Família Araújo foi muito ativa na construção do Pau D’arco, como Laurinete explica no relato a seguir extraído de Araújo (2023, p. 122):

> Lembro que a dona Dindinha que era uma das lideranças, uma grande liderança na comunidade! Pau D‘arco sempre teve esse histórico das mulheres liderarem! A questão da igreja, a questão da associação... A Dindinha era essa mulher aqui. Ela foi

> quem fez doação. Ela era neta de Manoel Tomás que foi o primeiro morador a se instalar nessa comunidade que veio do Tabuleiro dos Negros e ela herdou terras e ela foi quem fez doação da igreja, daquele terreno da igreja. Atrás da igreja tinha um laboratório que não era uma unidade, ela fez doação. Ela fez doação do prédio da escola, porque naquela época o pessoal tinha muita terra e doava mesmo, principalmente se fosse pra construção que fosse ser útil para o coletivo. Ela era muito amiga do prefeito, então ela chamava essas pessoas e dava festa. [...] Ave Maria, ela foi amiga do prefeito na época, o Pereira Lima. Era uma liderança respeitada que não tinha homem que chegasse nos ‘’ pés da Dindinha. Até a Unidade antiga que hoje é anexo da escola tinha o nome dela, Zelinda Francisca de Jesus.

Nesse sentido, o protagonismo de mulheres líderes políticas, ligadas ou não à universidade, tem sido parte essencial de toda a história de construção da comunidade, tanto nas reivindicações de políticas pela identidade quilombola quanto na construção do âmbito cultural, político e religioso da comunidade. Esse processo, no entanto, não é linear, pois as opressões tendem a silenciar os oprimidos. Reivindicar direitos também significa estar exposto a diversas violências (Berth, 2019).

Porém, para quem tem a oportunidade de romper esse ciclo de opressão, isso acontece através do empoderamento social e coletivo, que no caso do Pau D'Arco, vem de suas matriarcas. Como define Berth (2019, p. 42) “O empoderamento, assim como o lugar de fala, coloca-se em uma posição estratégica de descortinador da bipolaridade social”.

Contudo, este é um empoderamento que não chega a todos, pois alguns remanescentes não se reconheceram como quilombolas, deslocaram ou perpetuaram o estigma de identificarem-se como quilombolas, por não introduzirem um novo sentido de etnicidade ligado ao passado escravista ou por perpetuarem a discriminação. Também, a profunda integração à comunidade branca ou não quilombola, que tinha pouco interesse pela história local, também contribuiu para esse distanciamento.

A herança da comunidade tem sido preservada pelas famílias fundadoras, com destaque para as mulheres que, ao se empoderar, levaram consigo a comunidade. Essa lógica foge do empoderamento vazio de sentido, que leva o oprimido a acreditar que, ao superar uma questão social ou acessar um direito sozinho, está rompendo com as opressões (Berth, 2019). As lideranças de Pau D'arco sempre lutaram para romper com as desigualdades sistêmicas impostas ao negro e quilombola e conseguirem empoderamento social das comunidades em determinadas instâncias, visando reivindicações junto ao poder público:

> Isso significa dizer que falar em empoderamento de um grupo social é necessariamente falar sobre democracia e expansão da sua atual restrita aplicação. O empoderamento, na vida política pública, também é efetivado pelo exercício dos direitos políticos, entre os quais a participação como cidadão e cidadã na discussão

> pública é a principal ferramenta. Por sua vez, quando falamos de grupos oprimidos, cujas vozes muitas vezes são silenciadas, [...] o acesso a espaços de decisões em sociedade é uma dentre tantas estratégias de resistência. (Berth, 2019, p. 53)

O senso de pertencimento, construído no processo de reconhecimento da comunidade, gerou um movimento de vivências e lutas que Joice Berth (2019) defende como empoderamento, pois, fortalece a luta por direitos, o sentimento de união diante da opressão e o reconhecimento como sujeitos de direitos, detentores de poder de mudar e ser agentes de sua história. Esse pertencimento tem transformado as subjetividades dessas mulheres, que enfrentam diversas formas de racismo, impactando também seus filhos. Isso fica evidente no relato a seguir, em que uma mãe descreve como defendeu sua filha do racismo sofrido e como o pertencimento a motivou a reagir, ao compreender que poderia enfrentar a violência que muitas vezes silencia os oprimidos e seus descendentes:

> Confesso que os relatos sobre o ocorrido na escola com sua filha me chamaram mais atenção, na ocasião ouvi que as agressões dirigidas a uma criança por outra, tinham como pano de fundo a noção de negro relacionado à sujeira; a criança que praticou o racismo ria da filha da minha interlocutora, empurrava-a e a chamava de negra suja do cabelo pixaim, sempre perguntando se a mesma não tinha sabão em casa. A criança humilhada por inúmeras vezes começou a não querer mais ir para as aulas, fazendo com que sua mãe tomasse a atitude de ir até a escola exigir um posicionamento da direção, alegando que se a escola não tomasse uma atitude, ela então tomaria indo à justiça. Na ocasião minha interlocutora falou que: antes a gente aguentava muita coisa calada, porque não sabíamos dos nossos direitos, não tínhamos a quem recorrer, não tínhamos valor! Hoje eu sei que não tenho que passar por isso e muito menos meus filhos, pois agora é diferente! (Araújo, 2023, p.79).

Essas mulheres, majoritariamente chefes de família e responsáveis unicamente pelo cuidado e manutenção da casa, se reconhecem como quilombolas através do senso de pertencimento e a força para trazer acesso a direitos e oportunidades aos seus filhos e prepararem para que possam se defender e galgar novos espaços de poder. Nesse sentido, muitas das lideranças de Pau D´arco foram trabalhadores do campo, matriarcas que são e foram memória viva da comunidade, além de educadoras, agentes de saúde, conselheiras que buscam incessantemente por acesso a políticas públicas para comunidade, travando lutas políticas antes e depois da associação. Como explica Araújo (2023, p. 81):

> A Associação Quilombola está mostrando para Pau d'Arco que não precisa de "politicagem" para acessar direitos, porque se mobilizam, cobram, se dirigem às Secretarias Municipais e colocam suas necessidades, é como um processo de emancipação e muitas vezes isso causa incômodo.

Gohn (2004, p. 25), professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em sua obra Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais, traz o seguinte apontamento:

> A importância da participação da sociedade civil se faz neste contexto não apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergências, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais.

Ademais, os quilombolas do Pau D´arco desde sua gênese têm buscado o protagonismo de suas vidas, construíram famílias, território e tradição que gerou homens e principalmente mulheres que buscam por reconhecimento e graças ao esforço de seus ancestrais para traçar novos rumos, como uma educação que represente a sua realidade, acesso a direitos e políticas constantemente negados pelo estado, empoderamento que defende Berthe (2019).

Essa Resistência é vista nos quilombolas que estão na saúde mesmo com muitos entraves do sistema racista e invisibilização do corpo negro, bem como, na educação com projetos e iniciativas para que os alunos se vejam na educação na busca de um ensino menos eurocêntrico, que vem de uma herança ancestral que perpassa o território. Mulheres negras latinas-americanas historicamente tiveram sob regime escravocrata como descreve Gomes *et al.* (2008, p. 951):

> Estudos a respeito das experiências das mulheres escravas nas Américas têm apontado para o grau de resistência delas no interior das plantações. Não cooperadoras no trabalho diário tinham que ser castigadas severamente. Nas áreas rurais “onde a maior parte estava empregada nas plantações” era por meio da linguagem e da música que educavam seus filhos, reinventando sentidos culturais. Nas áreas urbanas, ocuparam importantes espaços, fazendo deles territórios dos mercados de trabalho, dos seus próprios corpos, desejos e identidades de gênero envolventes.

Os processos de empoderamento sempre acompanharam as mulheres, pois, seguem lutando contra a ordem patriarcal e econômica moldadas pelo capitalismo. Para combater mais fortemente as opressões que se ramificam é preciso uma formação política, reconhecimento de suas potencialidades e teorias que mesmo com base hegemônica podem ser instrumentos para a população negra para romper com a ordem de desigualdades e criar articulações de resistências.

Uma estratégia para descolonizar teorias dominantes para servir como instrumento teórico para romper, combater as desigualdades. Com teorias intersecionais do mundo oriundas de movimentos políticos históricos como o feminismo negro, que fortalece individualmente, para o indivíduo ter força coletivamente para resistir as opressões longe de uma lógica que é imposta à população negra, galgando novas oportunidades e dimensão da importância política de entendedor seu lugar na história que os opressores tendem a apagar, e combater o ódio aos

iguais e a si, um processo gradual e doloroso, mas crucial para construir uma resistência efetiva e alcançar transformações sociais duradouras Berth (2019, p. 77) diz:

> [...]por mais tímido ou retraído que possam ser, nos indica que é impossível o pleno desenvolvimento e o gozo da cidadania plena sem admiração por si mesmo, pela sua imagem, sua cultura e sua história. Pessoas negras, em especial, mulheres negras, assimilaram isso e trabalharam esse aspecto, conscientemente ou não. E o instinto de sobrevivência foi facilitador para adentrarmos esse campo e propagarmos técnicas e modos de articulações positiva, capazes de aquecer, aproximar e trocar diversas experiências fortalecedoras, inclusive entre gerações diferentes.

Gerações que carregam a força buscam mudar o local de subordinação imposto ao negro, a inquietação faz com que busquem novas formas de reivindicar frente ao próprio Estado que tem bases escravistas, permeado o mito da "democracia racial no Brasil," como Lélia Gonzales (2020, pág. 78) ironiza:

> Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...Nem parece preto"

Lélia, com sua crítica brilhante, traz ao palco as nuances de um racismo perverso, que muitas vezes não é explícito, mas aparece disfarçado de elogios. Carneiro (2003) destaca que, quando se trata de mulheres negras, não há proteção. Elas não são vistas como o "sexo frágil", uma característica que historicamente garantiu às mulheres brancas uma "proteção paternalista".

As mulheres negras nunca receberam a devida proteção: seu choro não comove, as oportunidades lhes são negadas, mas nunca foram poupadas de trabalhos degradantes, mesmo com a ascensão de movimentos políticos revolucionários, como o feminismo, as demandas e conquistas desse movimento raramente alcançaram as mulheres negras. Para elas, nunca houve escolhas; sempre precisaram trabalhar para sobreviver, seguindo os moldes da escravização e, posteriormente, do sistema capitalista. Carneiro (2003) explica como essas opressões se manifestam diariamente na vida das mulheres negras, que continuam sentindo os impactos históricos e estruturais de exclusão e exploração:

> Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as

> feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (Carneiro, 2003, p. 50-51).

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que a luta das mulheres quilombolas do Pau D'Arco não se restringe ao âmbito local, mas dialoga com questões globais, como a descolonização do saber, a valorização da história oral e a construção de políticas públicas inclusivas. Suas experiências revelam a urgência de repensar as estruturas de poder que perpetuam opressões e de ampliar espaços de participação para grupos historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, destacam a importância da educação e da memória como ferramentas de transformação social. Assim, ao refletir sobre essas trajetórias, é possível vislumbrar um futuro em que a justiça social não seja uma exceção, mas uma realidade construída a partir do reconhecimento e da valorização das vozes que, por muito tempo, foram silenciadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres negras do Pau D'Arco, descendentes de Josefa e Tomás, representa um legado de resistência e empoderamento que transcende gerações. Enfrentando a invisibilidade imposta pelo racismo e pelas desigualdades de gênero, essas lideranças têm construído estratégias coletivas para reivindicar direitos, ocupar espaços políticos e fortalecer a comunidade por meio da valorização de suas raízes ancestrais. Este trabalho busca evidenciar a trajetória dessas mulheres, destacando sua atuação no combate às opressões e na promoção de transformações sociais, enquanto reflete sobre os desafios e as conquistas dessa luta contínua por justiça, identidade e liberdade.

Na comunidade, as lideranças de mulheres citadas e representadas neste trabalho criaram estratégias contra a invisibilidade que geram reflexões fundamentais. Como afirma Ribeiro (2019, p. 42): "A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito de ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida."

Considerando o exposto, os descendentes de Tomás têm buscado formas de lutar e ocupar espaços historicamente roubados do povo negro. No âmbito político, têm estabelecido parcerias e apresentado reivindicações de direitos. Entre esses descendentes, destaca-se uma expressiva participação de mulheres que lutam por autonomia, na busca de combater o racismo e buscam melhorias sociais na comunidade. Essas mulheres se fortalecem por meio da história ancestral de resistência vinda de África e transmitida por suas antepassadas, que, mesmo após serem raptadas, criaram formas de protestar e lutar contra as desigualdades raciais, sociais e de gênero.

Este trabalho buscou evidenciar a trajetória política do povo negro até a contemporaneidade, destacando a herança de resistência e de reivindicação histórica de reprodução social e autonomia. Em Pau D'Arco, essas mulheres têm trabalhado pelo fortalecimento coletivo, alinhado ao feminismo negro, que destaca a necessidade de uma base política sólida e de uma formação que permita aos grupos minoritários entenderem as forças que os mantêm em um lugar de invisibilidade e exploração.

Nesse contexto, a criação de uma associação comunitária é um marco importante, pois busca fortalecer os direitos, valorizar a cultura local e investir na educação como ferramenta de transformação para as futuras gerações. Essa associação procura garantir que mulheres como

Elizabeth, Laurinete e tantas outras, que chefiam famílias, possam buscar reconhecimento para suas demandas, proporcionando a seus filhos acesso a oportunidades negadas historicamente o que se estende a toda a comunidade.

O empoderamento, conforme definido por Berth, lança luz sobre a história de resistência das mulheres negras, que exaltam seus traços e legado enquanto lutam por acesso a espaços de poder. Mas, esse processo é complexo e levanta questões importantes: como criar estratégias para ampliar o senso de pertencimento? Como levar conhecimento às mulheres na base da pirâmide de exploração? E como enfrentar os preconceitos enraizados nos sistemas de saúde, transporte e educação na comunidade?

Além disso, é fundamental evitar que a cultura negra seja reduzida a um folclorismo vazio, garantindo que o legado daqueles que conquistaram reconhecimento para a comunidade seja preservado. Isso requer alianças sólidas, formação política e a valorização de uma literatura que expõe as desigualdades sociais. As lideranças do Pau D'Arco se preocupam com a continuidade dessa luta, e questionam como preparar os jovens para assumir essa jornada, para que seus descendentes possam ocupar conselhos de saúde, instituições acadêmicas e vagas de concursos públicos, evitando a perpetuação da exploração e do paternalismo político.

Por meio da associação comunitária quilombola, busca-se promover um empoderamento coletivo, buscando assegurar que os direitos sejam respeitados e que o grupo social do Pau D'Arco possa tentar mobilizar a base da pirâmide social, buscando que os quilombolas questionem as estruturas de poder e honrem as heranças ancestrais que mantêm vivas as lutas pela igualdade e justiça racial, social e de gênero.

Esse trabalho de conclusão de curso também buscou evidenciar os processos que foram essenciais para formação das comunidades negras no Brasil, com limites que uma revisão documental permite, mas com utilização de autores que estão intrinsecamente ligados com a questão negra no Brasil e pesquisadores que debruçaram sobre a comunidade Pau D'arco, e descendentes diretos dos moradores da comunidade.

Por fim, os limites do recorte de pesquisa indicam que caberia uma investigação de campo. No entanto, há o anseio de que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão da complexidade dos processos sociais e políticos relacionados ao pertencimento e às lideranças femininas no agreste, além de incentivar pesquisas que busquem entender os impactos nas

novas gerações de quilombolas da comunidade e os efeitos geracionais das reivindicações de direitos.

As reflexões desenvolvidas neste trabalho não se encerram aqui. Como diz Santos (2022): "Começo, meio e começo", pois não apenas este estudo, mas toda a história dos quilombolas e da diáspora são processos de resistência contínuos, que não buscam apenas sobreviver, mas criar novas formas de vida enraizadas nas tradições ancestrais, em busca de liberdade, identidade e justiça social. E, mesmo diante de conquistas, sempre haverá um novo desafio, uma nova luta.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anna Kelmary da Silva. **Em Pau D'Arco, muitas flores:** memória, território de parentesco e fronteira étnica. Maceió, AL: EDUNEAL, 2023.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teoria da Etnicidade Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 185-228.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Pólen, 2019.

BISPO, Nêgo. Começo, meio e começo. Entrevista concedida a André Gonçalves, Maurício Pokemon, Samária Andrade, Wellington Soares e Maria Sueli Rodrigues de Sousa. **Revista Revestrés**, Teresina, n. 50, p. 10, 2022. Disponível em: https://revistarevestres.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Revestres50_online.pdf#page=10.00. Acesso em: 08/06/2025.

BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília - DF, 10 jan. 2003

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Takano Cidadania (org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49. p. 49-58, 2003.

D'AMATO, Paul. Marxismo e Opressão. **International Socialist Review.** Chicago, n. 9, p. 29-37, 1999. Disponível em: https://www.marxists.org/history/etol/writers/damato/1999/xx/oppression.htm. Acesso em: 08/06/2025. Acesso em: 08/06/2025.

FERNANDES, Saulo Luders. **Itinerários terapêuticos e política pública de saúde em uma comunidade quilombola do agreste de Alagoas, Brasil.** 2016. 217 páginas. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FREITAS, Décio. **Palmares:** A guerra dos escravos. Porto alegre: Mercado Aberto,1984.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106–115, jan, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spDq5Xm6vNYFqmh89X7g/. Acesso em: 08/06/2025.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 25, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTNn54RRBNG/abstract/?lang=pt. Acesso em: 08/06/2025.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

PAIXÃO, M.; GOMES, F.. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 949–969, set. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/VqyFt8ZPb5vLyGzfD7YFDXv/abstract/?lang=pt. Acesso em: 08/06/2025. Acesso em: 08/06/2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia**. Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

O´DWYER, Eliane Catarina. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In*: O´DWYER, Eliane Cantarino (org) **Quilombos**: identidade étnica e Territorialidades. Rio de janeiro: Editora da FGV, 2002. p.13-42.

PEREIRA, Pedro Henrique Soares. **Ensino de História, memória e identidade quilombola na Escola Professor Luiz Alberto de Melo-Arapiraca/AL**. 2024. 227 páginas. Dissertação de mestrado (História) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2024.

PRINCIPIA. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Compositores: Emicida e Nave. In: AmarElo. Intérprete: Emicida. São Paulo: Selo Laboratório Fantasma, 2020. 1 CD, faixa 1. Disponível em: https://open.spotify.com/track/1wTuMYmA3AJC7zKg6cuu19?si=zKNM41PeSV2QqJk2npnpSL. Acesso em: 08/06/2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Djamilla. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Maria José. **O processo de Territorialização da Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila Pau D'arco – Arapiraca/Al**. 2020. 30 páginas. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em geografia - EAD) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2021.

SANTOS, Maria Aparecida da Silva. **Um Estudo da Saúde da População Negra na Comunidade Quilombola Pau D'arco- AL.** 2020. 94 páginas. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em serviço social) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia: Com novo pós-escrito. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA,M.S; SILVA,O.S; ALMEIDA,R.S;SANTOS,B.L;SANTOS,R.M; NASCIMENTO.O.C.R;SILVA;**Gente quilombola**: Territorialidade e valores. 1. ed. Arapiraca: Edifika, 2024.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos**: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais. 2010. 159 páginas. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2010.